

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

RAIANY TOMAZZI

**COMO A REFERÊNCIA DO DISCURSO DA CRIANÇA INSTAURA OS VALORES
CULTURAIS E FUNDAMENTA A SUBJETIVIDADE DE SEU ATO DE AQUISIÇÃO DA
LINGUAGEM?**

PORTO ALEGRE

2014

RAIANY TOMAZZI

COMO A REFERÊNCIA DO DISCURSO DA CRIANÇA INSTAURA OS VALORES CULTURAIS E FUNDAMENTA A SUBJETIVIDADE DE SEU ATO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva

PORTO ALEGRE

2014

RAIANY TOMAZZI

COMO A REFERÊNCIA DO DISCURSO DA CRIANÇA INSTAURA OS VALORES CULTURAIS E FUNDAMENTA A SUBJETIVIDADE DE SEU ATO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva

Aprovado em: / /

Alena Ciulla

Verônica Pasqualin Machado

PORTO ALEGRE

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Mari e Osmair, pelo incentivo que sempre demonstraram, desde quando souberam a escolha da minha profissão. À minha mãe, pelo apoio de todos os dias, sempre muito confiante e segura de mim; ao meu pai, por mostrar que a vida traz dificuldades, mas que com persistência é mais fácil conseguir superá-las.

Agradeço também à minha orientadora e amiga, professora Carmem Luci, pela sua paciência e sabedoria que me guiaram de forma brilhante durante mais de dois anos no percurso da Graduação e, especialmente, na realização deste trabalho. Por acreditar no meu potencial e incentivar minhas escolhas com olhar atencioso, propondo sempre novos desafios que me estimularam positivamente. Por ser um grande exemplo de profissional.

Às colegas de pesquisa em Enunciação, antigas e atuais, por compartilharem seus conhecimentos teóricos e suas experiências pessoais que aqui estão muito presentes, enriquecendo este trabalho.

Ao Gui, que apesar dos momentos de distância, nunca se fez ausente, incentivando de perto minhas escolhas acadêmicas, profissionais e também pessoais; que com carinho acompanhou meus últimos anos de Graduação, e que comigo divide inúmeros momentos especiais todos os dias.

Aos colegas e amigos que encontrei na Graduação, por partilharem comigo experiências acadêmicas que não serão esquecidas; por estarem ao meu lado e acompanharem de perto minha formação, além de proporcionarem momentos de descontração nas manhãs e tardes compartilhadas.

Aos queridos amigos que fiz fora do curso de Letras, que além de enriquecerem meu conhecimento acerca das mais diversas áreas, presenteiam-me com momentos de alegria e felicidade; que muito me apoiaram e incentivaram, mostrando sempre carinho e dedicação.

À Universidade Federal, por ter me abrigado durante mais de quatro anos em sua casa, proporcionando o contato com bons mestres que muito influenciaram em minha formação, tanto profissional quanto pessoal.

Por fim, agradeço aos meus alunos, principalmente os pequenos que são a grande inspiração deste trabalho. Também merecem agradecimento especial os alunos da turma 92 do Colégio de Aplicação da UFRGS, por, mesmo que de maneira inconsciente, terem comprovado que a escolha de minha profissão foi a escolha certa; e por provarem que a relação professor-aluno, para minha felicidade, pode (e deve) ter seus laços estreitados.

*“O fim é sempre de quem diz.
Quem ouve, continua.”*

(Pedro Gabriel, *Eu me chamo Antônio*)

RESUMO

Partindo dos estudos enunciativos de Émile Benveniste e aliando-os ao campo de aquisição da linguagem – principalmente aos deslocamentos operados por Silva (2009a), que concebe a aquisição como um ato de enunciação –, temos como principal objetivo nesta pesquisa mostrar o valor subjetivo que a criança atribui às formas que atualiza em seu discurso, considerando os elementos culturais como constitutivos da linguagem e, conseqüentemente, de seu ato enunciativo. Buscamos compreender de que maneira a criança, em seu ato de aquisição da língua materna, engendra formas para produzir referências em seu discurso para o que não faz parte da alocação, mas que se presentifica em suas enunciações. A hipótese do estudo é a de que o valor subjetivo constituído nas referências (*ele*), atualizadas nos discursos da criança e do outro, traz os rudimentos da cultura em que criança e outro se inserem. Para tanto, centramo-nos na reflexão benvenistiana acerca da dupla natureza relacional da língua, ligada à estrutura da alocação (*eu-tu*) e à operação de referência (*ele*). Essa dupla natureza é constitutiva de cada ato de enunciação e, como tal, dos atos enunciativos atualizados pela criança e pelo outro de sua alocação. Também recorreremos ao dispositivo enunciativo desenvolvido por Silva (2009a), que comporta os sujeitos constituídos na enunciação (*eu-tu*), as referências atualizadas em seus discursos (*ele*) e, ainda, o sistema cultural (*ELE*) inscrito na língua, constituindo a configuração (*eu-tu/ele*)-*ELE*. A discussão será mediada pelos dados, publicados por Silva (2009), de uma criança acompanhada dos 11 meses aos 3 anos e 4 meses de idade, que serão, neste estudo, retomados sob uma perspectiva enunciativo-cultural de aquisição da linguagem. Por meio das análises, constata-se que o modo de a criança – pela necessidade de referir para o outro da sua alocação – atualizar as formas no discurso, atesta a subjetividade implicada no seu ato de aquisição da linguagem e revela os valores culturais constitutivos desse ato com noções e prescrições – também em processo de apropriação –, que advém da sociedade dos homens onde o locutor-criança se encontra imerso. Portanto, os rudimentos da cultura encontram-se também impressos na operação de referência do ato de aquisição da linguagem.

Palavras-chave: **Aquisição da Linguagem. Teoria da Enunciação de Benveniste. Subjetividade. Operação de Referência. Valores Culturais.**

ABSTRACT

Starting from the enunciative studies of Émile Benveniste and combining them with the field of language acquisition – mainly with the shifts operated by Silva (2009a), who conceives acquisition as an act of enunciation –, the aim of this research is to show the subjective value the child attributes for the forms that he/she updates in his/her speech, considering cultural elements as constituents of language and, consequently, of his/her enunciative act. We intend to comprehend how the child, in his/her act of mother tongue acquisition, builds forms to produce references in his/her speech for something that does not belong to the discourse, but that is present in his/her utterances. The study hypothesis is that the subjective value constituted in the references (*he*), and that is updated in child's and others' speeches, contains the rudiments of culture where the child and the other are both immersed. For this, we focused on Benveniste's reflexion about the dual nature relational of the language, related to the structure of the address (*I-you*) and to the reference operation (*he*). This dual nature is constitutive of each act of enunciation and of enunciative acts that are updated by the child and by the other of his speech. This research was also based in the enunciative dispositive created by Silva (2009a), which contains the subjects of the enunciation (*I-you*), the updated references (*he*) and, also, the cultural system (*HE*) involved in the language, building the configuration (*I-you/he*)*HE*. The discussion is going to be mediated by the data published by Silva (2009a) of a child followed from 11 months until 3 years and 4 months old, that are going to be reviewed in this study from a cultural-enunciative approach of language acquisition. With the analysis, it is concluded that the singular way the child – for the necessity to refer to the other of his utterance – updates the forms in the discourse testifies the subjectivity of his act of language acquisition, showing the cultural values of this act with notions and prescriptions – that are also in appropriation process –, that comes from men society where the child is immersed. Therefore, the rudiments of culture are also involved in reference operation from the act of language acquisition.

Keywords: Language Acquisition. Benveniste's Theory of Utterance. Subjectivity. Reference Operation. Cultural Values.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Convenções utilizadas na transcrição dos fatos enunciativos	36
--	----

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1	ENUNCIAÇÃO E O DISCURSO DA CRIANÇA: A OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA E OS VALORES CULTURAIS.....	15
1.1	LINGUAGEM E ENUNCIAÇÃO	16
1.2	A OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA	18
1.2.1	Referência e Subjetividade	19
1.2.2	Referência e subjetividade no discurso da criança: deslocamento de campos	22
1.3	VALORES CULTURAIS IMPRESSOS NA LÍNGUA E A OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA	26
1.3.1	Referência e subjetividade: que valores culturais são impressos no discurso da criança?	30
2	DOS DADOS AOS FATOS ENUNCIATIVOS DE ANÁLISE: A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO METODOLÓGICO	34
2.1	FATOS ENUNCIATIVOS DA LINGUAGEM DA CRIANÇA	34
2.1.1	Especificidades da informante de estudo	36
2.2	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	37
3	ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO REFERENCIAL NO DISCURSO DA CRIANÇA: O ENTRELAÇAMENTO ENTRE CULTURA E LÍNGUA	39
3.1	APARENTE REPETIÇÃO DAS FORMAS UTILIZADAS PELO OUTRO EM UM MESMO DISCURSO	39
3.2	ATUALIZAÇÃO DA MESMA FORMA UTILIZADA PELO LOCUTOR-CRIANÇA EM DISCURSOS DIFERENTES	45
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	52

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A maior motivação deste trabalho é o universo infantil. Sempre fui encantada por crianças, ao que muitas pessoas olham com estranhamento, alegando que tal fato só acontece por eu ser filha única e não ter convivido de maneira conflituosa com irmãos. Realmente, senti (e ainda sinto) falta de ter compartilhado brinquedos e momentos da minha vida com um irmão mais novo, e acredito que seja este o maior motivo da relação de amor que tenho com as crianças à minha volta.

Quando ingressei na Graduação em Letras, escolhi cursar ênfase dupla, tendo a língua inglesa aliada à portuguesa. Desde muito tempo venho estudando a língua estrangeira, e nos anos de 2011 e 2012 tive a oportunidade de ensinar Inglês para crianças com idades entre 4 e 6 anos. Para mim, foi uma experiência significativa: introduzir e permitir a aquisição de uma língua estrangeira por crianças que ainda estavam, de certa forma, adquirindo a língua materna, proporcionava-me uma sensação de responsabilidade enorme. A relação que as crianças estabeleciam com a nova língua era simples e natural, pois as aulas eram ministradas em inglês e com situações lúdicas adequadas à sua faixa etária. Com essa exposição natural, imitando, até certo ponto, um ambiente natural de aquisição de língua materna, cada aula se apresentava para mim como uma situação de estudo completamente nova e complexa. Nessa fase, e com essas condições, a criança não pergunta o porquê das coisas serem como são. Ela se apropria do conteúdo em que está envolvida.

Uma de minhas colegas de trabalho costumava dizer que considera as crianças desta fase como “pequenas esponjas”, por absorverem tudo a que estão expostas, sem se preocupar, por exemplo, com questões gramaticais que tanto perturbam adultos aprendendo uma segunda língua. Crianças não estão interessadas em saber se a palavra aprendida é um verbo ou um adjetivo, elas procuram empregar a nova forma e, a partir disso, comunicar de um jeito novo. Mesmo conhecendo tais circunstâncias, um dos meus maiores medos era o dia da primeira aula, em que eu teria de me apresentar aos alunos: de que maneira eu, uma até então desconhecida, vou entrar em sala de aula e falar um idioma também desconhecido com as crianças, uma língua a que nunca

foram expostas e, conseqüentemente, não dominam? Meu pensamento era de que elas com certeza iriam negar, pedir para que eu falasse em Português, dizer que não entendem nada. Engano total. Os olhos dos pequenos brilhavam e a empolgação por estarem em contato com uma língua diferente transparecia no momento em que eles tentavam repetir o que eu dizia, exatamente do mesmo jeito. No decorrer das aulas, os olhos continuavam curiosos e atenciosos, buscando, mesmo que de maneira inconsciente, depreender os usos da língua estrangeira que estavam aprendendo. A partir desse momento, no contato mais profundo que tive com crianças pequenas adquirindo uma língua, percebi que o fenômeno de aquisição da linguagem merecia mais atenção e estudo de minha parte.

No segundo semestre de 2012 (ainda lecionando e interagindo com crianças regularmente), conheci a professora Carmem Luci, que ministrava a disciplina de Estudo do Texto. A cadeira em questão prevê em sua súmula o estudo aprofundado de textos pelo viés de diferentes perspectivas teóricas, dentre elas a perspectiva enunciativa; tive, então, o primeiro contato com a teoria de Émile Benveniste. Identifiquei-me cada vez mais com os estudos do teórico devido à relevância de suas considerações sobre a linguagem e, principalmente, devido ao olhar voltado ao sujeito que produz enunciados considerados irrepetíveis e carregados de unicidade. Nas aulas, a professora trazia exemplos relacionados à aquisição de língua materna, que me permitiram deslocar a individualidade do sujeito proposta por Benveniste e refletir sobre a realidade dos meus alunos: apesar de serem crianças adquirindo uma língua estrangeira, cada um deles mostrava uma relação individual com a linguagem, apresentando suas particularidades e suas intencionalidades nos discursos que já eram capazes de produzir.

Ao conversar com a professora acerca dessas reflexões, fui apresentada aos seus estudos que vinham sendo desenvolvidos sobre perspectivas enunciativas associadas à aquisição da linguagem. A partir disso, comecei a participar do grupo de pesquisa que, na época, era envolvido pelo estudo da operação de referência que a criança realiza na apropriação que faz da linguagem. O projeto, intitulado “A Criança na Língua: A Operação de Referência”, e todas as discussões que foram realizadas a partir das leituras das obras de Benveniste, permitiram o aprofundamento na questão

da referência, de modo a descobrir de que maneira a criança que está adquirindo a língua materna produz e atualiza formas, a partir da relação estabelecida com o outro no diálogo, para fazer referências em seu discurso.

Tal reflexão resultou em um artigo que, a partir da análise de dados de uma criança em fase de aquisição da linguagem, evidenciou alguns movimentos por ela realizados para referir ao que não faz parte da alocação mantida pela relação *eu-tu*. Entretanto, os dados também mostraram a presença de elementos culturais nos enunciados transcritos, exercendo influência sobre as formas engendradas pelo locutor-criança. Por considerar relevante a função cultural na análise da apropriação da língua da criança e, embasando-nos no aparato teórico enunciativo que permite que tais elementos sejam vistos como fundamentais, resolvemos revisitar nossa pesquisa anterior. Como o atual projeto do grupo de pesquisa (“A Operação de Referência: os *Rudimentos* da Cultura no Discurso da Criança”) também avalia os aspectos culturais que envolvem e permeiam a linguagem, nossa reflexão acerca do mecanismo de referência operado pela criança em seu discurso agora também dispõe de elementos de valor cultural que serão fundamentais em nossa análise.

Nesse sentido, o presente trabalho originou-se das reflexões feitas durante os encontros do grupo de pesquisa. A partir de leituras dos textos de Émile Benveniste, e considerando também o campo de aquisição da linguagem, particularmente os estudos de Silva (2009), passamos a discutir acerca das movimentações que a criança realiza durante o seu processo de aquisição da linguagem, levando em consideração aspectos culturais que são inerentes à língua e, conseqüentemente, constitutivos de seus atos enunciativos e de outros com os quais ela está em relação intersubjetiva.

Dessa forma, sentimos a necessidade de explorar neste trabalho os mecanismos que a criança opera para, além de se estabelecer como sujeito na língua no momento em que se enuncia e marcar sua instauração em sua língua materna, produzir referências no discurso, produto da enunciação, e trazer os valores culturais impressos nessa língua. Por isso partimos da hipótese de que o modo singular como a criança – pela necessidade de referir para o outro da sua alocação – atualiza as formas no discurso atesta a subjetividade implicada no seu ato de aquisição da linguagem e revela os valores culturais constitutivos desse ato. Essa hipótese, formulada na pergunta que

intitula este estudo “Como a referência do discurso da criança instaura os valores culturais e fundamenta a subjetividade de seu ato de aquisição da linguagem?”, possibilita que formulemos o objetivo central do trabalho que é o de verificar, em dados de aquisição da linguagem, como a criança engendra formas para referir às formas de não-pessoa (*e/e*) e constituir valor subjetivo a seu discurso na relação com o outro de sua alocação.

Adotamos como pressuposto teórico principal a ideia de que linguagem e cultura são elementos inseparáveis e, portanto, cada uma de tais instâncias não são concebidas uma na ausência de outra. Deslocando esse pressuposto para o campo da aquisição da linguagem, concebemos que a criança, enquanto adquire a linguagem, adquire *simultaneamente* o “mundo dos homens”, com os valores culturais e demais crenças associadas à sociedade em que está inserida.

Para provar nossa hipótese, responder à questão que intitula o estudo e desenvolver nosso objetivo, centramo-nos na reflexão benvenistiana acerca da dupla natureza relacional da língua, atrelada à estrutura da alocação (*eu-tu*) e à operação de referência (*e/e*). Essa dupla natureza é constitutiva de cada ato de enunciação e, como tal, dos atos enunciativos atualizados pela criança e pelo outro de sua alocação. Também recorreremos ao dispositivo enunciativo desenvolvido por Silva (2009), que comporta os sujeitos constituídos na enunciação (*eu-tu*), as referências atualizadas em seus discursos (*e/e*) e, ainda, o sistema cultural (*ELE*) inscrito na língua, constituindo a configuração enunciativa (*eu-tu/e/e*)-*ELE*.

Após alicerçar teoricamente o estudo, iremos explorar situações enunciativas de uma criança em fase de aquisição da linguagem a fim de encontrarmos impressos em seus discursos os mecanismos utilizados por ela para produzir referências únicas e particulares àquilo que não faz parte da alocação, mas que se faz presente nas situações enunciativas. Na relação que a criança está estabelecendo com a língua enquanto apropria-se dela está também imbricada a relação da criança com a cultura, por isso, interessa-nos também analisar a trajetória que a criança realiza procurando instaurar os valores culturais que se revelam no diálogo que ela estabelece com o outro.

Com o propósito de provar analiticamente a hipótese deste estudo, valer-nos-emos dos dados de uma criança acompanhada longitudinalmente dos 11 meses aos 3 anos e quatro meses, dados que constam na publicação de Silva (2009a), que serão, neste estudo, retomados sob uma perspectiva enunciativo-cultural de aquisição da linguagem.

Para desenvolvermos nossa proposta, dividimos nosso estudo em 5 seções. A introdução aqui presente é seguida do capítulo 1, responsável por abranger os campos teóricos da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste e da perspectiva enunciativa de Aquisição da Linguagem constituída por Silva (2009a), selecionando dessas perspectivas elementos para embasar teoricamente nosso estudo. Neste capítulo, destacamos da teoria de Benveniste sua concepção de linguagem e de enunciação para abarcar questões relacionadas à subjetividade inerente à linguagem e considerar as relações intersubjetivas constitutivas do ato enunciativo como vinculadas à dupla natureza relacional (pessoa/não-pessoa) da língua, com as questões de cultura aí implicadas. Também trataremos do deslocamento operado por Silva (2009a), a fim de compormos um quadro teórico que nos possibilite analisar dados de aquisição da linguagem de uma criança por um viés enunciativo.

O capítulo 2 traz considerações indispensáveis sobre os dados que farão parte de nossa análise, de maneira a conhecermos um pouco da realidade da criança que servirá como informante de estudo em nosso trabalho. Além disso, postulamos, como procedimentos de análise, quatro questões principais que nortearão e permearão toda a análise dos dados. O capítulo 3 apresenta, enfim, as análises dos mecanismos operados por esta mesma criança, mostrando os dados transcritos e a reflexão em seguida. Por fim, as considerações finais que resultaram do estudo aqui descrito.

Com este estudo, buscamos realizar movimentos teórico e analítico em aquisição de língua materna em uma perspectiva enunciativa, reveladores de nosso trajeto de pesquisa na Graduação.

1 ENUNCIÇÃO E O DISCURSO DA CRIANÇA: A OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA E OS VALORES CULTURAIS

A busca de explicação para o processo de aquisição da linguagem sempre instigou leigos e pesquisadores. De fato, entender como a criança muda repentinamente a sua relação com a língua e com o outro em determinado período de sua vida leva investigadores de distintos campos (Psicologia, Linguística, Psicanálise, Fonoaudiologia, etc.) a responder à curiosa questão: *Como a criança adquire a sua língua materna?* A complexidade aumenta se consideramos, ainda, as distintas perspectivas (behaviorista, inatista, cognitivista, interacionista etc.), que caracterizam, conforme Scarpa (2001), o hibridismo teórico da área aquisição da linguagem.

Como afirma Saussure (1916/2000, p. 15), é o ponto de vista que cria o objeto e, nesse sentido, conforme o ponto de vista a que o pesquisador se vincula, *aquisição da linguagem*, ao se constituir como objeto de pesquisa pelas distintas perspectivas, receberá, diferentes interpretações. Esses pontos de vista diferentes, responsáveis pelas distintas explicações sobre o fenômeno aquisição da linguagem, Silva (2009a) apresenta, na primeira parte de seu livro *A criança na linguagem: enunciação e aquisição* para apontar a “falta” de uma concepção enunciativa em aquisição da linguagem, concepção que assumimos neste estudo por acreditarmos que a criança se instaura em sua língua materna e no sistema de sua cultura a partir de relações enunciativas com outros de seu convívio.

Este trabalho, vinculado ao de Silva (2009a), busca explorar o fenômeno da aquisição da linguagem a partir da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste. Neste capítulo, trataremos de algumas noções trazidas por Benveniste que nos permitirão alicerçar teoricamente a nossa reflexão sobre aquisição da linguagem. Assim, da teoria benvenistiana, selecionaremos noções basilares para uma concepção enunciativa da linguagem, partindo de sua concepção de linguagem e de enunciação para nos centrarmos na sua reflexão sobre referência, questão central de nosso estudo.

1.1 LINGUAGEM E ENUNCIÇÃO

Considerando que nosso interesse neste trabalho diz respeito ao fenômeno aquisição da linguagem a partir de um ponto de vista enunciativo, iniciaremos este capítulo com a noção de linguagem da teoria enunciativa benvenistiana para chegarmos a sua noção de enunciação, com o objetivo de, no item seguinte, discutirmos o que estamos nomeando operação de referência.

A linguagem, para Benveniste, é uma *faculdade de simbolizar* inerente à condição humana, faculdade que assegura o caráter primordial da linguagem, *significar*, garantindo a possibilidade de aquisição de línguas particulares. Nas palavras do autor (BENVENISTE, 1963/2005), se não houvesse linguagem, não haveria possibilidade de sociedade, não haveria sequer a possibilidade de humanidade, e isso porque ela é a atividade significativa por excelência.

De acordo com o linguista, a linguagem é para o homem o único meio de atingir outro homem. Consequentemente, ela exige e pressupõe o outro. Por isso, o autor, em “Da subjetividade na linguagem”, questiona a noção de linguagem como instrumento, pois instrumentos, como a flecha e a roda, são fabricações do homem e a linguagem não foi por ele fabricada. Dessa reflexão, destacamos sua célebre passagem:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (BENVENISTE, 1958/2005, p. 285)

Nessa concepção, não podemos pensar o homem fora da linguagem e nem linguagem sem homem. Disso conclui-se que instrumento e homem separam-se; linguagem e homem são indissociáveis. Eis um pressuposto fundamental da abordagem enunciativa de linguagem: não considerar falante e linguagem como instâncias independentes. É por estar na linguagem que o homem pode apropriar-se de uma língua particular para se enunciar e, conseqüentemente, produzir discurso ao mesmo tempo em que se instancia na condição de sujeito.

Por isso, atrelar-se à concepção de linguagem da teoria de Benveniste é adotar o pressuposto de que a língua (com seus níveis e unidades)¹ é convertida em discurso em cada enunciação, sendo esta única e singular. Enquanto realização única e singular, a enunciação é definida por Benveniste (1970/2006) como um processo de apropriação pelo locutor do aparelho de formas e do aparelho de funções.

A questão que levantamos é a de como se dá essa conversão? Essa conversão realiza o próprio ato de enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 82). Apoiando-nos nessa definição, podemos afirmar que uma língua, particular e específica (independente de qual seja), necessita ser colocada em ação. Sabemos que a linguagem, faculdade simbólica do homem, realiza-se na língua, que, para Benveniste, envolve unidades em integração de níveis; dessa maneira, percebemos que é o homem o responsável por dar vida à língua por meio de seu ato enunciativo, permitindo a comunicação entre os indivíduos. Por isso, o autor defende que

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno (BENVENISTE, 1970/2006, p. 83 – 84)

Assim, o autor propõe-se a observar na estrutura enunciativa: a) o próprio ato; b) as situações em que ele se realiza e c) os instrumentos de sua realização. Situa, no ato, a relação entre as figuras enunciativas, considerando a figura do *locutor* como elemento necessário da enunciação, pois ele se apropria do aparelho formal da língua e enuncia a sua posição por meio de índices específicos e de procedimentos acessórios, instaurando, nessa apropriação, um *alocutário*, seja explícito ou implícito.

Em se tratando da *situação*, concebe que a enunciação expressa uma certa relação com o mundo. A condição dessa mobilização e dessa apropriação é, para o

¹ Para Benveniste, a *forma* de uma unidade está ligada ao fato de que participa de outras formas no mesmo nível (fonológico, morfológico, sintático etc.) e seu *sentido* se constitui quando integra um nível superior. Assim, a forma de um fonema adquire seu sentido por integrar o nível superior (dos morfemas) e os morfemas adquirem sentido por integrarem o nível superior (da palavra). Por isso, a apropriação da língua envolve a apropriação dessa língua com suas unidades em integração de níveis.

locutor, a necessidade de *referir* pelo discurso e, para o *alocutário*, a de *co-referir*. A noção de referência será mais discutida no item 1.2.

Com relação aos *instrumentos* de realização da enunciação, aborda três aspectos: 1) os índices de pessoa que se produzem *na* e *pela* enunciação – o *eu/tu* marcando a pessoa e o *ele* a não-pessoa; 2) os índices de ostensão como “este”, “aqui” etc, que trazem o que Benveniste (*op.cit.*) chama de “indivíduos linguísticos”, opondo-se a termos nominais que enviam a conceitos e 3) as formas temporais, que se determinam em relação ao centro da enunciação (*eu*), já que o “presente” traz o “agora”, marcando a inserção do discurso no mundo em relação a quem se enuncia.

Como nosso interesse neste estudo centra-se no modo como os valores culturais impressos nas referências atualizadas no discurso da criança atestam a subjetividade enunciativa, passamos no item 1.2. a abordar a operação de referência para, no item 1.3, tratar da cultura nos discursos, produtos da enunciação da criança e do outro.

1.2 A OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA

No item anterior, esboçamos que, para Benveniste (1970/2006), no momento em que o locutor se apropria da língua para enunciar ele expressa certa relação com o mundo. É a partir dessa relação que o locutor constitui a referência no discurso para possibilitar ao outro da alocação encadear a co-referência. Instaura-se, assim, no discurso, a intersubjetividade enunciativa, já que cada locutor se constitui em um co-locutor. A referência, nesse aspecto, é o elemento importante da teoria benvenistiana que merece ser pensado neste estudo à luz desse aporte, pois, como ressaltam Flores e Teixeira (2005, p. 36), “não se pode [...] pensar que é uma referência ao mundo ou a algum tipo de ontologia”. Como defendem os autores, não há possibilidade de se pensar uma referência objetiva nesse quadro teórico. Por isso, consideramos que a referência contém o “falar de” constituído no discurso do locutor para seu alocutário. Esse elemento na estrutura enunciativa parece ligar-se à não-pessoa do discurso (o

ele). Nesse caso, é uma referência que diz respeito ao mundo do sujeito que emerge a partir de seu discurso, produto e efeito de sua enunciação.

Para instanciar a referência na enunciação, o locutor vale-se de instrumentos: índices específicos (indicadores que instanciam o *eu-tu-aqui-agora*) e procedimentos acessórios (modo de organização das formas no discurso). Os índices específicos ligam-se primeiramente à emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produzem senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário. Já os procedimentos acessórios relacionam-se ao modo como as formas são diversificadas e engendradas na enunciação e à maneira como locutor se enuncia para seu alocutário: se com intimações no imperativo e vocativos; se com interrogações, suscitando dúvidas ou se com asserções, mostrando certezas sobre o que diz. Embora Benveniste trate de formas mais aparentes como os índices específicos (pessoa, tempo e espaço), sua reflexão alarga-se para o âmbito das demais formas da língua, que concebemos também como vinculadas à subjetividade e à intersubjetividade enunciativas, já que, ao serem atualizadas no discurso, todas as formas da língua constituem-se em relação aos sujeitos enunciativos atrelados a esse discurso. É essa discussão que faremos a seguir.

1.2.1 Referência e subjetividade

Para se pensar em referência e subjetividade segundo a teoria benvenistiana, é preciso levar em conta dois aspectos primordiais da enunciação. O primeiro deles se manifesta a partir da realidade do próprio discurso, em que temos a presença de um locutor, designado e referido na realidade discursiva como *eu*, e que se refere ao ato enunciativo individual e singular em que é pronunciado. Cada locutor nasce na língua e apropria-se dela de maneira particular, constituindo-se como pessoa do discurso e atestando seu caráter subjetivo por ser capaz de propor-se como sujeito da alocução. Benveniste considera ser a subjetividade a única forma de se estabelecer a comunicação linguística, uma vez que “é na linguagem e pela linguagem que o homem

se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser o conceito de ‘ego’” (1958/2005, p. 286; grifo no original).

Ainda de acordo com a teoria do linguista sírio, a linguagem tem o papel de significar e de comunicar sentidos e, por isso a condição de diálogo torna-se essencial: “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*” (1958/2005, p. 286). Assim, cada locutor *eu* estabelece uma relação inversível e complementar com seu alocutário *tu* para que ambos, no jogo de inversibilidade, constituam-se como pessoas subjetivas da alocação. Nenhum dos dois termos se concebe na enunciação sem o outro: são as pessoas *eu-tu* as duas figuras da estrutura do diálogo que se apresentam na posição de parceiros enunciativos, que se tornam protagonistas da enunciação de maneira alternada. Essa relação de interdependência entre as pessoas *eu/tu* do discurso revela a intersubjetividade como constitutiva da língua em ação no discurso. Constituindo e implantando o *tu* de seu enunciado diante de si, o *eu* consegue estabelecer-se como sujeito no discurso, definindo o seu caráter subjetivo de pessoa enunciativa ao converter a língua em discurso.

Os estudos enunciativos de Benveniste ainda mostram que as pessoas subjetivas do discurso *eu-tu* não possuem valor fixo, constituindo-se no que ele chama de “formas vazias”, uma vez que não remetem sempre a um mesmo conceito ou a um mesmo indivíduo. Possuem apenas referência atual e “são engendradas de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez elas designam algo novo” (1970/2006, p. 85), sendo atualizadas em cada situação enunciativa e adquirindo apenas referência *interna* no discurso. Torna-se clara, aqui, a singularidade impressa no discurso pelas pessoas *eu-tu*, afinal, consideramos cada ato enunciativo como sendo único e irrepetível.

É na linguagem e no exercício da língua por meio da enunciação que o homem se instaura como sujeito do discurso, postulando o outro diante de si. O homem, por possuir a faculdade simbólica de linguagem, pode comunicar-se com outro homem:

Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo (1963/2005, p. 27)

Dessa maneira, o locutor implanta um alocutário para referir a algo que não pertence à mesma situação de discurso em que se situa como *eu* em relação a um *tu*. Além dessa relação de reciprocidade *eu-tu*, vinculada à realidade de discurso, existem também “enunciados de discurso [...] que escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos, mas a uma situação ‘objetiva’” (1958/2005, p. 282). É o domínio daquilo a que Benveniste nomeia como não-pessoa.

Temos um locutor *eu* que se instaura no discurso a partir de um *tu* para produzir enunciados a respeito do que está fora da alocação *eu/tu*, expressando sua relação com o mundo. Benveniste atesta que:

Na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a *necessidade de referir* pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (1970/2006, p. 84, grifo nosso)

Em síntese, o locutor *eu* instaura um discurso a partir do alocutário *tu*, fazendo referência à não-pessoa *ele*. Nessa operação, que nomeamos como de referência, encontramos a não-pessoa *ele*, que remete às formas da língua distintas das relacionadas às pessoas de discurso (*eu-tu*), mas que admite estatuto subjetivo por fazer parte do discurso de *eu*. Este *ele* opõe-se às pessoas do discurso, caracterizando-se como não-pessoa por não possuir a mesma função de pessoa, e sim a função referencial e subjetiva, como atestamos nas palavras de Benveniste (1958/2005, p. 292, com grifos do autor): “A forma *ele* [...] tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por eu”.

Associando essas duas concepções primordiais da teoria enunciativa benvenistiana – intersubjetividade da linguagem a partir da relação de reversibilidade *eu-tu* e operação de referência a partir da não-pessoa *ele* –, chegamos à conclusão de que a pessoa subjetiva *eu*, a partir das relações estabelecidas com seu alocutário, é a responsável por atribuir o valor à não-pessoa *ele* no ato enunciativo. Como esse valor está atrelado ao discurso de *eu* para um *tu*, podemos concluir que as formas de não-pessoa *ele* admitem, no discurso, valores relacionados à intersubjetividade *eu-tu*. Isso acontece na medida em que o *eu* (instaurado como sujeito na alocação a partir de seu

tu, que pode ser tanto real, imaginário, individual ou coletivo) se propõe como sujeito e passa a referir a não-pessoa (*ele*). Ou seja, a referência do discurso adquire valor subjetivo a partir do *eu* nele instaurado pela relação com o *tu*, e que traz consigo marcas particulares. Nas palavras de Benveniste, “a enunciação supõe a conversão *individual* da língua em discurso” (1970/2006, p. 83; grifo nosso). É justamente esse caráter individual, singular e único, que queremos discutir, e levaremos em consideração, aqui, os dados de uma criança em aquisição da língua materna.

Após discutirmos referência e subjetividade, retornaremos à discussão acerca da referência à não-pessoa como vinculada à intersubjetividade enunciativa e como atrelada a valores culturais impressos nos discursos no item 1.3.

A partir da discussão deste item, podemos considerar que existem algumas operações responsáveis por orientar a análise do processo de aquisição de linguagem. Dentre elas, destaca-se, em nosso trabalho, a operação de referência, que estuda os movimentos realizados pelo locutor em seu ato de enunciação para referir ao que não faz parte da alocação, à não-pessoa, mas que se presentifica no discurso pelos enunciados produzidos pela pessoa subjetiva (*eu*) à pessoa não-subjetiva (*tu*), ambas pessoas enunciativas. Apropriando-nos desses conceitos, procuramos compreender que valor a criança atribui às formas de não-pessoa que integram sua enunciação e que são atualizadas no fio do seu discurso, questão de que trataremos no subitem 1.2.2.

1.2.2 Referência e subjetividade no discurso da criança: deslocamento de campos

Começamos agora a operar o deslocamento proposto por Silva (2009a), que estabelece o diálogo entre dois campos – a Teoria da Enunciação benvenistiana e a Aquisição da Linguagem – para propor princípios para uma Teoria enunciativa em aquisição da linguagem.

A Teoria Enunciativa de Benveniste permite essa associação de campos por não se constituir em um modelo fechado de análise, o que possibilita o deslocamento para outros campos, como o de Aquisição da Linguagem, de maneira a contribuir positivamente tanto para a teoria da enunciação quanto para o campo de Aquisição da Linguagem. Concordamos com Silva quando argumenta que

A Linguística da Enunciação possibilita a produção de um saber para o campo *Aquisição da Linguagem* do mesmo modo que a linguagem da criança interroga o campo da *Linguística da Enunciação*. Esse diálogo, a meu ver, permite a constituição de um novo saber para os dois campos, já que não é possível simplesmente fazer uma aplicação da Teoria da Enunciação aos dados da criança. E aí ousou enunciar princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem para, a partir de tais princípios, analisar a fala da criança. (SILVA, 2009b, p. 28; grifos no original)

A teoria do linguista sírio não se caracteriza por estudar, de fato, o sujeito, e sim suas representações e marcas que este imprime em seu discurso. Assim, os estudos benvenistianos preocupam-se com a constituição de subjetividade no discurso, comportando questões de língua, linguagem e sujeito (como mostrado brevemente em itens anteriores). Sendo o objeto de nosso estudo os movimentos operados por uma criança em seu processo de aquisição da língua materna, percebemos que o nosso locutor se encontra inserido numa sociedade composta por homens já falantes, em um mundo em que as formas e sentidos já foram estabelecidos. Segundo Benveniste,

A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. [...] Ela [a criança] aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem. À medida que se torna capaz de operações intelectuais mais complexas integra-se na *cultura* que a rodeia (BENVENISTE 1963/2005, p. 31, grifo no original)

Ou seja, a criança, para se integrar totalmente ao mundo dos homens que a cercam e também fazer parte da cultura que rege a sociedade em que está imersa, precisa necessariamente apropriar-se da língua da comunidade em que nasceu, para que possa atingir o outro por intermédio desse aparato simbólico, a fim de estabelecer comunicação e instaurar-se como sujeito tanto em sua relação com a linguagem quanto em sua relação com o mundo e com o outro.

Dessa forma, para integrar-se na sociedade dos homens, a criança, à medida que se apropria da língua, constitui-se no papel de locutor *eu* e, naturalmente, postula em seu diálogo o seu alocutário *tu*. “A apropriação da linguagem pela criança ocorre pelo *uso* e, sobretudo, pela relação com ‘outro’ [...]” (SILVA, 2009b, p. 33; grifo nosso)

e, por isso, o *tu* do discurso da criança é, geralmente, composto pelos adultos com quem esta mesma criança convive, ainda que essa forma de pessoa não-subjetiva não seja sempre explicitada em seu discurso. É a partir da relação reversível estabelecida entre o locutor-criança *eu* e seu alocutário-adulto *tu* que a criança consegue propor-se como sujeito no seu processo de apropriação da língua, uma vez que “é nesse lugar intersubjetivo que inicia a trajetória da criança como sujeito falante de sua língua materna, já que adquire linguagem com a presença de um outro que a torna sujeito dessa aquisição” (SILVA, 2009b, p. 35). Ao ser convertida a língua em discurso é dado à criança “um lugar enunciativo e a possibilidade de encontrar a linguagem através do outro” (SILVA, 2009a, p. 183). É nesse – e por esse – lugar enunciativo que o locutor-criança se instaura como sujeito da própria alocução, passando a conferir marcas subjetivas expressas pelas escolhas linguísticas particulares presentes em cada ato enunciativo realizado, afinal, “é no discurso que a linguagem atualiza o seu caráter subjetivo. O ato de discurso que enuncia ‘eu’ é sempre novo e realiza, a cada vez, a inserção do locutor em um momento novo do tempo e em circunstâncias diferentes” (2009a, p. 183). Notamos, pela afirmação de Silva, que cada ato enunciativo é marcado por uma nova relação que os interlocutores criam com a língua, e “cada vez que a língua é enunciada, o tempo (agora), o espaço (aqui) e as pessoas (eu-tu) são únicos e singulares” (SILVA, 2009b, p. 38). Tais afirmações dialogam com os estudos do linguista enunciativo, que considera a enunciação como sendo um ato único e irrepetível.

Em síntese, “o diálogo é a instância de discurso em que a criança se apresenta como *eu* e define ao mesmo tempo, o outro como *tu*, constituindo, nesse espaço, *referências* para um mundo já construído.” (SILVA, 2009b, p. 35; grifo nosso). O locutor-criança *eu*, em sua enunciação, apresenta a necessidade de referir o mundo, constituindo uma realidade de discurso com formas de não-pessoa, estabelecendo relações tanto com o outro quanto com a língua, ao passo que o alocutário *tu* é responsável por co-referir igualmente essas formas utilizadas. Faz-se necessário, então, trazer a não-pessoa, o *ele* para a alocução, operando, assim, o mecanismo de referência. Percebe-se, então, que “a oposição (*eu-tu*)/*ele* efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade de discurso sobre alguma coisa, sobre o

mundo, sobre o que não é alocação” (SILVA, 2009a, p. 163), mas que se presentifica no discurso estabelecido entre locutor e alocutário pela fala de *eu*.

É importante ainda ressaltar que o locutor-criança, ao presentificar a não-pessoa na própria enunciação, atribui-lhe, a partir da relação estabelecida com o outro da sua alocação, sentido e referência em seu discurso. Ao fazer isso, o *ele* passa a constituir-se também como elemento subjetivo: a não-pessoa recebe seu valor pela enunciação de *eu* e assim também é instaurado no discurso. A partir da análise dos dados de uma criança em sua fase de aquisição de língua materna, nós procuramos entender de que maneira ela subjetiva essas formas de não-pessoa em seu discurso, a que movimentos ela recorre para atualizar tais formas e conferir sentido a elas no fio do ato enunciativo, pensando sempre na intersubjetividade inerente à colocação da língua em funcionamento em cada enunciação e nos valores culturais constitutivos dessa intersubjetividade, questão a ser tratada no item 1.3.

Cada ato enunciativo realizado pelo locutor-criança coloca em cena a singularidade dos sujeitos enunciativos. Segundo Silva, “a enunciação é a condição para a existência da linguagem, lugar de constituição dos sujeitos e da referência” (2009b, p. 39). Levando em consideração os axiomas da teoria da enunciação de irrepetibilidade e singularidade expressas pelo *eu* de cada alocação, buscamos compreender os movimentos *particulares e únicos* que a criança faz na e pela língua em sua fase de aquisição da linguagem. Detemo-nos, neste estudo, a explorar o mecanismo da operação de referência de um locutor-criança que se instaura no discurso como sujeito “a partir de sua constituição na enunciação por meio de marcas e mecanismos inscritos em seu discurso” (SILVA, 2009a, p. 157). Em outras palavras, buscamos compreender de que maneira a criança se instancia no funcionamento referencial e intersubjetivo da linguagem.

Na seção seguinte, buscamos delinear como cultura e referência se entrelaçam no discurso, produto da enunciação.

1.3 VALORES CULTURAIS IMPRESSOS NA LÍNGUA E A OPERAÇÃO DE REFERÊNCIA

A partir das relações de reversibilidade das pessoas *eu-tu* do discurso, em que o locutor se encontra em relação de interdependência com seu alocutário para que possa estabelecer-se como sujeito enunciativo no discurso, percebemos que há a necessidade da relação eu-outro no âmbito da enunciação. Benveniste ancora essa premissa afirmando que “qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe, no sentido o mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos. Uma língua é primeiro um consenso coletivo.” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 20).

Além disso, também destacamos, na seção anterior, a necessidade de locutor e alocutário compartilharem a referência, re-criando via discurso a realidade exterior a ele, que se presentifica na enunciação como *ele*, não-pessoa. Afinal, “quando se fala, é para dizer alguma coisa, para transmitir uma mensagem” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 20). Complementamos essa afirmação do linguista com a ideia de que essa mensagem produzida pela pessoa subjetiva *eu*, que fala sobre alguma coisa ou sobre alguém (ou seja, aquilo que preenche o lugar de *ele* na enunciação), é transmitida para alguém que compartilha do mesmo sistema simbólico (linguístico e cultural), e que é responsável por co-referir o discurso. Dessa forma, vemos estabelecida a tríade enunciativa que contém os elementos pessoais *eu-tu* e a não-pessoa *ele*, fundamentando o dispositivo de análise *eu-tu/ele*.

Tendo retomado os conceitos enunciativos anteriores, agora introduzimos outros elementos em nossa reflexão para que possamos aprofundar e conseguir abranger mais aspectos que julgamos importantes em se tratando da aquisição de língua materna.

Segundo o semanticista, “não há existência comum sem língua” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 23). A existência de que o linguista fala aqui é a de indivíduos vivendo em comunidade: sabemos que o homem não vive sozinho no mundo, e sim que se encontra em relação com outro homem, e que juntos vivem em sociedade. Entretanto, o

homem não apenas existe em conjunto com outros indivíduos, pois, quando organizados em sociedade, os indivíduos comunicam. E de que maneira o fazem? O homem, dotado de sua faculdade simbólica da linguagem, utiliza-se desse aparato simbólico para conseguir atingir o outro homem e, desta maneira, estabelecer a condição de sociedade. Tais reflexões nos permitem pensar como o homem estabelece relações, tanto com outro indivíduo quanto em relação com o mundo. Em outras palavras,

um dos dados essenciais, talvez o mais profundo, da condição humana [é] o de que não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse *aparato simbólico*, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem (BENVENISTE, 1963/2005, p. 31, grifo nosso)

Concluimos, portanto, que a organização dos homens em sociedade só é possível por intermédio de um aparato simbólico, que é a linguagem. Este aparato de que Benveniste nos fala pertence ao domínio do sentido, e representa a capacidade humana de significar. O homem, diferentemente dos animais, que são apenas capazes de distinguir sinais, possui faculdade simbolizante, que se expressa no estabelecimento de relações entre formas da língua que são interpretadas como tendo sentidos particulares em cada discurso. Por meio da linguagem, constitui-se, em cada língua específica e particular, o aparato simbólico instituído e operado pelos homens e, dessa forma, a sociedade é estabelecida. A linguagem, então, encontra-se em uma função mediadora nas relações homem-homem/mundo e é o que torna possível a sociedade. Nas palavras do teórico enunciativo, “bem antes de comunicar, a linguagem serve para viver. [...] à falta de linguagem não haveria possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade [...]” (BENVENISTE, 1966/2006, p. 222).

Devemos, ainda, considerar que a linguagem se realiza nas variadas línguas, e que cada uma delas se mostra inseparável de sua sociedade de origem, que possui sempre caráter particular e único. Notamos que a relação entre linguagem e sociedade é uma relação de interdependência, em que ambos os elementos não apresentam a possibilidade de serem concebidos separadamente. A linguagem, como faculdade simbólica e exclusiva do homem, permite que haja o convívio entre os indivíduos. Contudo, mais do que conviver e comunicar em humanidade, os indivíduos que

pertencem a uma mesma sociedade compartilham de valores e crenças particulares e únicas, inerentes à vida social de determinada comunidade. O conjunto desses valores é denominado *cultura*, uma vez que contempla “tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 32).

Da mesma forma em que não concebemos língua separada da sociedade, não concebemos sociedade desvinculada de cultura: “a cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 31-32). Existe, pois, uma ligação entre homem, língua e cultura, que se mantém pela característica humana de simbolizar e atribuir significação a esses símbolos linguísticos e culturais, conforme destacamos nas palavras do linguista:

A simbolização, o fato que justamente a *língua é o domínio do sentido*. E, no fundo, *todo o mecanismo da cultura é um mecanismo de caráter simbólico*. Damos um sentido a certos gestos, não damos sentido a outros, no interior de nossa cultura. É assim, mas por quê? [...] *há como uma semântica que atravessa todos estes elementos de cultura e que os organiza – que os organiza em vários níveis*. (BENVENISTE, 1968/2006, p. 25, grifos nossos)

É a interpretação atribuída aos símbolos que confere se há, dentro de determinada língua, sociedade e cultura, significado para os elementos de cultura, se eles apresentam valor cultural dentro daquela comunidade. Afinal,

tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! *Estes valores são os que se imprimem na língua*. É, no entanto, um trabalho difícil trazê-los à luz, porque a língua carrega consigo toda uma série de dados herdados (BENVENISTE, 1968/2006, p. 22, grifo nosso)

Chegamos a uma reflexão muito importante do nosso trabalho. Vimos até agora nesta seção que a cultura, definida pelo conjunto de crenças e valores únicos e singulares que são determinados pelos homens organizados em sociedade por intermédio do exercício da língua, é um fenômeno humano e simbólico. A cultura também é compreendida pelo domínio da significação, uma vez que se constitui num sistema capaz de distinguir o que tem sentido e o que não tem. Dessa forma, deixa suas marcas e traços nos vários níveis de organização da língua.

Considerando o pressuposto de que os valores culturais encontram-se impressos na língua, buscamos compreender de que maneira eles se encontram relacionados com a operação de referência. Para tentar resolver essa questão, baseamo-nos na afirmação de Benveniste, quando este revela que

A linguagem reproduz a *realidade*. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve aprende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. (BENVENISTE, 1963/2005, p. 26, grifo nosso).

Que realidade é esta de que fala o linguista? Diferentemente da posição das pessoas subjetivas *eu-tu*, que recebem referência específica, ou seja, apenas dentro da realidade do discurso, a não-pessoa *ele* faz referência ao que está fora da locução, mas que se apresenta como a *recriação* da realidade². É essa realidade a que Benveniste se refere em suas palavras: a linguagem reproduz a realidade em que os homens que a estão colocando em uso pelos seus atos enunciativos estão inseridos. É a realidade enquanto experiência de acontecimentos vividos pela linguagem, com seus costumes, valores e crenças.

Em síntese, queremos observar quais as relações implicadas pelos valores culturais na realidade reproduzida em cada situação enunciativa. A cultura, definitivamente, está entrelaçada à língua e por isso necessariamente se presentifica nas referências operadas no fio do discurso. Nosso próximo passo é deslocar esses conceitos para pensar como a criança, em seu ato de aquisição, consegue estabelecer-se como pessoa subjetiva em sua língua materna a partir desses elementos culturais que estão impressos na língua e que com ela são partilhados nas situações enunciativas a que é exposta.

² Na reflexão de Benveniste, como afirma Dessons (apud JUCHEM, 2012), o prefixo *re* tem valor teórico, porque marca a historicidade do homem na linguagem, visto que, para Benveniste, trata-se sempre de um momento novo do homem na língua a cada ato enunciativo. Nesse sentido, termos como *recriar* e *reproduzir* têm um estatuto de criar novamente e produzir novamente a realidade da língua no discurso. Dessa maneira, cada ato de enunciação é um acontecimento novo e singular de presença do homem na linguagem.

1.3.1 Referência e subjetividade: que valores culturais são impressos no discurso da criança?

Quando pensamos em aquisição de língua materna, as considerações sobre os valores culturais que se imprimem na língua tornam-se instigantes. O locutor-criança, que está se apropriando da língua, necessita do outro para instaurar-se como sujeito de seu discurso. Assim como a criança, esse outro, responsável por preencher o papel de *tu* na alocução, é um homem que se encontra inserido em determinada sociedade; esta, por sua vez, é caracterizada por valores culturais específicos e singulares. Vemos mais uma vez se formar o elo entre homem, sociedade e cultura, intermediado sempre pelo aparato simbólico da língua.

A criança em aquisição se apropria da linguagem pelo uso que faz dela, a partir do diálogo que mantém com os homens de seu convívio (normalmente seus pais e demais familiares). A enunciação desses homens já carrega traços de cultura, que refletem sua sociedade e seus costumes característicos. Para Benveniste,

a criança nasce em uma comunidade linguística, ela aprende sua língua, processo que parece instintivo, tão natural quanto o crescimento físico dos seres ou dos vegetais, mas o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade 'natural', é o *mundo do homem*. A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. (BENVENISTE, 1968/2006, p. 20-21, grifo nosso).

A afirmação do linguista nos permite pensar que a criança, ao passo que está adquirindo a língua materna, adquire, ao mesmo tempo, o mundo dos homens, as leis que o regem, os costumes, tradições e demais comportamentos. Mais do que adquirir a língua materna enquanto se instaura como pessoa do discurso, a criança também apreende a cultura inerente a essa língua e à vida social em que está inserida, apreendendo, também, a distinguir o que possui sentido dentro daquela cultura do que não tem. Percebemos que os valores culturais estão entrelaçados à linguagem e se revelam no uso da língua. “O que a criança adquire, aprendendo [...] a falar, é o mundo no qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre qual ela aprende a agir” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 24). E são os elementos desse mundo em que ela vive

que se tornam possíveis de serem *reproduzidos* (produzidos novamente) em seu discurso. Utilizando a operação de referência, a criança *recria* a realidade em que está inserida, valendo-se dos elementos constitutivos desse mundo a que pertence para trazer no universo do seu discurso aquilo que está fora da alocação, e que constitui a sua realidade. É a partir dessa realidade particular em que a criança vive que ela consegue preencher o espaço enunciativo de *ele* em sua alocação, fazendo referências ao universo que ela conhece e que está, ao passo em que adquire sua língua, introduzindo a si mesma como indivíduo na sociedade e, conseqüentemente, na cultura.

No momento em que o locutor-criança se instaura como pessoa da alocação ela atesta sua subjetividade: estabelecendo diálogo com o outro, que é o responsável por proporcionar a condição de uso da língua, a criança é convidada a participar da realidade de discurso a partir da linguagem. A linguagem a que é exposta se realiza na língua dos homens de sua sociedade, e já se mostra carregada de dados culturais herdados. Dessa maneira, a língua pode ser considerada como reveladora da cultura para a criança que está em sua fase de aquisição.

Concordamos ainda com Benveniste quando este afirma que

vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura. E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança e em todas as épocas, na pré-história e na mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Nenhuma língua é separável de uma função cultural. [...] A linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente. (BENVENISTE, 1968/2006, p. 23-24)

Por isso, reiteramos que a relação entre homem (considerando também a criança como indivíduo que começa a fazer parte ativa da sociedade), língua e cultura é inseparável e interdependente. Sem qualquer um dos elementos, os outros não podem ser concebidos. Como essas questões comparecem no campo aquisição da linguagem? Para responder a essa questão, passemos agora a dialogar com o estudo de Silva (2009a), que, com inspiração no trabalho de Émile Benveniste, apresenta o dispositivo enunciativo (*eu-tu/ele*)-*ELE* como constitutivo do ato de enunciação e do ato de aquisição da linguagem. Esse dispositivo é considerado, pela autora, como

comportando os sujeitos (*eu-tu*), a língua (*ele*) com as formas vinculadas à não-pessoa instanciadas no discurso e a cultura (*ELE*). Esse dispositivo lhe permite mostrar as relações e mecanismos enunciativos implicados no ato singular de instauração da criança na linguagem. A análise proposta pela autora mostra a entrada da criança no funcionamento intersubjetivo e referencial da linguagem por meio de mecanismos enunciativos que contemplam o dispositivo primordial (*eu-tu/ele*) e ainda contém o que a autora formaliza como um *ELE* da ordem da cultura. Na verdade, o dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE* possibilita à pesquisadora, de um lado, por meio de *eu-tu/ele*, a descrição da enunciação como *ato* (relações enunciativas) e como *discurso* (constituição referencial e intersubjetiva por meio de marcas formais), de outro lado, a consideração de um sistema de relações e valores culturais, inscritos no *ELE*, como *instância constitutiva* do ato de enunciar. Embora a autora não tenha se dedicado a estudar esse *ELE* (cultura), prevê a sua importância nos estudos enunciativos. Assim, por meio da relação de *alteridade* com *ELE* (cultura), considera que a criança está na dependência de um *outro*, constituindo-se como sujeito de aquisição como efeito de linguagem. Desse modo, não deixa de anunciar a possibilidade de futuros estudos que se dediquem a essa dimensão enunciativo-cultural de aquisição, estudo que, em diálogo com o Projeto de Pesquisa de Silva (2013) estamos, em parte, neste estudo, desenvolvendo.

A busca de uma concepção de linguagem nessa perspectiva enunciativa foi o ponto de ancoragem necessário para Silva (2009a) esboçar uma concepção de sujeito em aquisição da linguagem por considerar que a perspectiva enunciativa prevê na linguagem: 1) a enunciação e o sistema de referências; 2) a possibilidade de atualização intersubjetiva; 3) os valores culturais constitutivos do ato de enunciar. Essa noção de linguagem possibilitou à autora conceber o sujeito da aquisição da linguagem como constituído enunciativamente por três instâncias simultâneas: a cultural, a da alocação ou dialógica e a linguístico-enunciativa. Por isso, nosso interesse neste estudo em relacionar o sujeito da aquisição a uma dimensão cultural já anunciada por Silva (2009a), que conclui sua abordagem com a seguinte formulação: “É a instância de discurso constituindo o ato e concomitantemente fundamentando o sujeito em seu

movimento singular de apreensão do sistema da língua (*e/e*) e do sistema cultural (*ELE*)." (SILVA, 2009a, p. 287)

Assim, buscamos compreender de que forma a criança-locutor se instaura no discurso como pessoa subjetiva, engendrando formas para produzir referências em seu discurso e de que forma os valores culturais que estão impressos na língua a que ela é exposta se revelam em seu ato de aquisição da linguagem no momento em que preenche o lugar enunciativo *eu* e postula um alocutário *tu*. É essa questão que buscaremos mostrar na continuidade do trabalho.

2 DOS DADOS AOS FATOS ENUNCIATIVOS DE ANÁLISE: A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO METODOLÓGICO

Com este capítulo, queremos contextualizar o leitor acerca dos dados que serão analisados em nosso estudo. Iremos, em síntese, utilizar um conjunto de dados que foram obtidos a partir da situação de fala de uma criança em aquisição da língua materna com o objetivo de analisá-los de acordo com o diálogo que propusemos, no capítulo anterior, entre a perspectiva enunciativa de Benveniste e a proposta de aquisição da linguagem de Silva (2009a, 2009b). Para isso, explicaremos brevemente como se constitui o *corpus* de onde foram retirados os *fatos enunciativos*³ que compõem a parte da análise de nosso estudo, além de contextualizar o leitor sobre o universo em que o nosso locutor-criança está inserido e, ainda, elencar as perguntas que nortearão nossas análises no capítulo 3.

2.1 FATOS ENUNCIATIVOS DA LINGUAGEM DA CRIANÇA

O *corpus* que será analisado no presente estudo é formado por fatos enunciativos, que foram previamente coletados e transcritos por Silva (2009a). Esses fatos se constituem a partir de situações de fala de uma criança em aquisição de língua materna, acompanhada dos 11 meses aos 3 anos e 4 meses de idade. Trata-se, portanto, de coleta longitudinal. A informante investigada foi, num primeiro momento, filmada produzindo diálogos e interagindo com as pessoas de seu convívio, o que conferiu aos dados o maior grau de naturalidade possível. Posteriormente, as situações

³ Em uma perspectiva enunciativa o dado é jamais recuperável, já que a enunciação como tal é efêmera. O fato enunciativo de língua configura-se no produto de um ponto de vista, que constitui o objeto de análise. O dado é uma construção do analista a partir do observável. Por isso, Benveniste (1962/2005, p. 127) defende o seguinte no texto *Os níveis da análise linguística*: “Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato linguístico (...) e o que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal.

discursivas de aquisição da linguagem da informante foram transcritas⁴ para que pudessem ser analisadas e constituídas como fatos enunciativos de análise.

A partir desse grande *corpus*, a fim de investigarmos as questões de intersubjetividade e referência no universo de aquisição da criança, estabelecemos recortes enunciativos contendo situações de discurso. Pretendemos, ao analisar os recortes, atestar que referência e subjetividade estão interligados e são inseparáveis na enunciação, além de compreender os movimentos que a criança realiza ao referir ao que está fora da locução, entendendo a operação reflexiva que ela opera sobre a língua, que carrega valores culturais de uma determinada sociedade. Considerando o caráter individual e específico da aquisição da linguagem, torna-se essencial a análise de fatos enunciativos longitudinais, que evidenciem os mecanismos singulares de que a criança se apropria para enunciar. Apesar de haver singularidade de cada indivíduo em sua trajetória de instauração em uma língua, reiteramos a ideia de que existe certa regularidade de operações que são passíveis de serem realizadas na aquisição da língua. No entanto, salientamos que há maneiras próprias de cada criança articular tais mecanismos, o que revela a singularidade de cada processo aquisicional. A nós cabe o papel de investigar os movimentos únicos e irrepitíveis que a criança realiza dentro de uma série de movimentos que são repetíveis.

Consideramos também em nossa seleção recortes que possibilitem uma maior ilustração da presença de “rudimentos” da cultura nos discursos da criança e dos outros de sua locução. No momento em que passa a operar a língua, atestando sua subjetividade e articulando formas para produzir referências, a criança instaura-se subjetivamente na língua e passa a se presentificar na sociedade dos homens.

⁴Os fatos de análise, que com Silva (2009a) estamos chamando de *recortes enunciativos* a serem analisados neste trabalho foram coletados, transcritos e já publicados por Silva (2009a), que, neste estudo, retomados sob uma perspectiva enunciativo-cultural de aquisição da linguagem. Portanto, com os fatos enunciativos já constituídos em uma abordagem enunciativa, retomaremos, inclusive, o sistema de transcrição já adotado pela pesquisadora.

2.1.1 Especificidades da informante de estudo

É importante ainda contextualizar o universo do sujeito que estamos observando nos recortes enunciativos. O locutor-criança é expresso pelas falas de Francisca, que aparece nas transcrições como FRA. Francisca é uma menina brasileira, de classe média, residente na região metropolitana de Porto Alegre. Convive essencialmente com seus pais, irmão, familiares e demais amigos, que são normalmente adultos, brasileiros e residentes na mesma região. Francisca foi acompanhada durante a aquisição de língua materna, estando ela exposta, durante esse tempo, apenas ao português. Suas falas foram transcritas e estudadas por Silva (2009a), e continuam constituindo objeto de novas análises. A coleta de dados longitudinais nos permite investigar de maneira complexa as formas de que Francisca utilizou-se para estabelecer diálogo com seus interlocutores, instaurar-se como *eu* em seus discursos e atribuir caráter subjetivo às referências ao que se fazia presente na realidade de discurso em que estava inserida.

Como as falas da criança foram anteriormente transcritas, devemos explicitar algumas das convenções utilizadas no momento da transcrição por Silva (2009a), que são importantes na análise que faremos a partir de agora. Com tal objetivo, elaboramos o quadro a seguir, que servirá como uma espécie de legenda para facilitar a leitura dos recortes enunciativos na seção de análise.

Tabela 1 – Convenções utilizadas na transcrição dos fatos enunciativos.

Participantes	registro de quem está presente no momento da filmagem, interagindo com a criança.
Data	registro da data em que foi feita a filmagem.
Idade	no início de cada transcrição está evidenciada a idade da criança no momento da filmagem (01;11,11 equivale a 1 ano, 11 meses e 11 dias, por exemplo).
Situação	indica breve comentário de contextualização da situação de coleta, refletida na filmagem.
Com	indica comentários da situação de enunciação
[=]	indica eventos não verbais e breves explicações
XXX	indica que uma palavra ou frase não foi entendida pelo transcritor
@	indica pausa curta
@@@	indica pausa mais longa
Maiúsculas	indica tom de voz elevado
Sublinhado	indica tom de voz baixo
Negrito	indica trechos do discurso que são referidos na análise

2.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

De maneira a nortear a análise sob os recortes enunciativos selecionados, elaboramos algumas questões centrais que permearão todo o processo de verificação dos dados utilizados. Por acreditarmos que a criança se instaura no discurso como pessoa subjetiva e, ao fazer referência ao que se encontra fora da locução, também transfere sua subjetividade à não-pessoa em seu discurso, produto da enunciação, elencamos a seguir as questões norteadoras de nossas análises:

- a) quais são os mecanismos utilizados pelo locutor-criança que evidenciam o valor subjetivo que ela atribui às formas atualizadas em seu discurso?

Considerando sempre a estreita relação existente entre subjetividade e a operação de referência, também buscamos responder o seguinte:

- b) como a criança engendra formas para produzir referências únicas que a singularizam a cada ato enunciativo?

Por estarmos discutindo no presente estudo a função cultural que já evidenciamos ser inseparável da língua, pretendemos, ao analisar os discursos transcritos, respostas para mais duas interrogações:

- c) de que maneira os valores culturais impressos na língua revelam-se nos discursos, produtos da enunciação, da criança e do outro?
- d) como a cultura se imprime também na operação de referência do ato de aquisição da linguagem?

As questões acima propostas guiarão a observação linguística atenta que faremos no próximo capítulo. Nosso trabalho, agora, consiste em analisar os recortes

enunciativos da coleta longitudinal de Francisca, realizando os deslocamentos teóricos entre o campo enunciativo e o campo de aquisição de linguagem, buscando sempre a interface entre as duas abordagens.

3 ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO REFERENCIAL NO DISCURSO DA CRIANÇA: O ENTRELAÇAMENTO ENTRE CULTURA E LÍNGUA

Considerando a função cultural como constitutiva da língua de cada sociedade e, como consequência, também inerente ao processo de aquisição, iremos agora analisar a seleção de recortes enunciativos que operamos a partir da composição original do *corpus* de aquisição de linguagem de Francisca.

Organizamos nossa análise por meio da distinção entre *recortes enunciativos A e B*, em que cada recorte contém duas situações enunciativas, representadas nos diálogos A1, A2, B1 e B2. Essa diferenciação nos apresenta os mecanismos operados pela criança a fim de constituir, a partir da sua posição de pessoa subjetiva no enunciado, referência em seu ato enunciativo. O *recorte enunciativo A* traz uma relação de formas referenciais utilizadas pela criança que diferem em cada dado, ao passo que o *recorte enunciativo B* apresenta uma mesma forma fazendo referências distintas em duas situações enunciativas.

3.1 APARENTE REPETIÇÃO DAS FORMAS UTILIZADAS PELO OUTRO EM UM MESMO DISCURSO

O recorte enunciativo A mostra, a seguir, FRA engendrando formas para constituir referências subjetivas em seu ato enunciativo, a partir da atualização dessas formas no fio do próprio discurso instaurado na relação de interdependência entre ela e seu interlocutor. Também evidencia elementos culturais entrelaçados aos discursos dos adultos que preenchem a posição de *tu* das alocações, e a apropriação desses dados herdados nas respostas do locutor-criança.

Recorte Enunciativo A

A1

Participantes: CAR (tia, filmando); PAI; MÃE e EDU (irmão de 7 anos)
Data: 16-12-2002
Idade: 2;2.11
Situação: FRA está em sua casa, conversando com CAR. Depois, vai arrancar capim no pátio com o PAI, a MÃE e o EDU. Após vai para a frente da casa brincar com uma boneca.

Com: FRA está na frente de sua casa com CAR e EDU, olhando o Papai Noel na sacada de um prédio.
 CAR: Papai ÉI foi imhora?
 FRA: foi
 CAR: qui coisa séria **o Papai ÉI saiu da janela.**
 EDU: **ele pulô**
 CAR: hum ele pulô! Dudu dissi qui eli pulô @ **será qui ele não caiu?**
 FRA: **seá caiu Papai ÉI? Não sei seá caiu?**
 CAR: é, não caiu?
 FRA: não.
 CAR: não?
 Com: silêncio
 FRA: **seá caiu lá seá caiu seá caiu XXX lá ó uô uô tia uô**
 CAR: **caiu**
 FRA: **não, puô**
 CAR: **ah, ele pulô**
 FRA: **é**
 CAR: hum ah ele que pulô, pra ondi qui ele foi então?
 FRA: **puô**
 CAR: ele puô
 FRA: é
 CAR: e foi pra ondi pra ondi ele foi?
 FRA: ele foi lá leva os presenti

Analisando o recorte A1, percebemos que FRA se utiliza do mecanismo de **repetição** para engendrar formas que sirvam como referência em seu discurso⁵. No universo da situação enunciativa transcrita acima, FRA está exposta a três formas diferentes, a três verbos indicando a possível ação de um objeto (um boneco

⁵ Consideramos como aparente repetição, porque em enunciação cada apropriação de formas produz um sentido único e irrepitível. No entanto, não podemos deixar de considerar o fato de que se considerarmos somente a forma há algo de repetível, pelo menos em termos aparentes.

representando o personagem natalino), mas que apresentam sentidos distintos: a) *saiu*, que traz em sua semântica uma ação que envolve um querer e um fazer; b) *pulou*, que também está relacionado à relação querer-fazer, e c) *caiu*, que não apresenta tal noção, remetendo a uma ação que não tenha sido planejada. A ação do Papai Noel é introduzida no diálogo pela fala de CAR, que sugere que o boneco tenha *saído* da janela. Sua fala é seguida pela de EDU, irmão mais velho de FRA, propondo o querer do ato, afirmando que o Papai Noel teria *pulado*, e não simplesmente *saído* da janela. CAR dialoga com EDU, aceitando sua proposição e indagando se, talvez, ao invés de *pulado*, o Papai Noel não teria *caído*. Por meio dessa indagação, CAR convida FRA, que até agora observava o diálogo dos dois, a participar da relação enunciativa e a estabelecer-se na díade (*eu-tu*)/*ele*. O locutor-criança realiza, então, a repetição do ato enunciativo de CAR, indagando-se também sobre a ação do boneco, optando pela repetição do verbo *caiu*, introduzido por CAR no discurso. Quando é mais uma vez convidada a instaurar-se na alocação, FRA escolhe repetir a forma utilizada por EDU logo no início dessa situação enunciativa, o verbo *pulou*. E persiste com sua forma escolhida até o final do discurso.

Enquanto FRA repete as formas já trazidas pelo outro de sua alocação, estas vão se atualizando no discurso da própria criança, que lhes atribui sentido único e característico cada vez que as emprega. Dessa maneira, engendra suas próprias formas para referir ao que está fora da alocação. Além de ter utilizado o mecanismo da repetição, a criança ainda realizou o processo de **seleção e escolha**, optando pela forma que, para ela, melhor se adequou em seu enunciado. Sua seleção pode depender de diversos fatores, incluindo os elementos culturais impressos no ato enunciativo: pensando no objeto de referência do recorte, que era o Papai Noel, dizer que o boneco havia *saído* ou, ainda *caído* da janela, para FRA não fazia sentido dentro da realidade do seu discurso. Faz parte do universo cultural da criança a ideia de que o Papai Noel visita todas as casas para deixar os presentes das crianças e, sendo assim, existe um querer no seu ato que, no discurso, FRA expressou pela seleção e escolha da forma *pular*. Sua escolha se justifica em seu último enunciado, que demonstra o destino do Papai Noel: ele *pulou* da janela a fim de entregar os presentes (“ele foi lá levá os presente”). Pelos mecanismos de repetição, seleção e escolha, aliados aos

dados herdados impressos na língua-cultura, FRA instaurou-se como locutor no discurso acima transcrito engendrando e atualizando formas em seu discurso para estabelecer referência ao que se encontrava fora da alocução (o Papai Noel), atestando, assim, a subjetividade expressa em seu ato enunciativo como atrelado aos “rudimentos” de sua cultura (*o papai Noel que pula para dentro das casas para levar presentes*) que se manifesta em seu discurso.

Trazemos agora o recorte A2:

A2

Participantes: CAR (tia,filmando); PAI; MÃE e EDU (irmão de 7 anos); MIC (amigo do PAI); LUC (dindo de FRA).
Data: 16-12-2002
Idade: 2;2.11
Situação: FRA está em sua casa, interagindo com os familiares e amigos.

Com: o PAI de FRA conversa com MIC e LUC. FRA observa a interação entre eles. Depois MIC começa a provocar FRA.

MIC: **tu é feia**
 FRA: **é feia**
 MIC: **ai meu juelhu, ai meu juelhu**
 FRA: **ai meu jueiu**
 MIC: olha, tu machuco o juelhu tá saindo sangui ó
 FRA: aindu sangui
 MIC: saindu sangui aí
 FRA: eu vô sai sangui
 MIC: **tu é feiosa**
 FRA: **é feiosa**
 MIC: eu não vô te dá cachorru
 FRA: não @ não dô cachorrru
 EDU: [= risos]
 FRA: viu?
 MIC: tu é feia, tu feiz cocô nas calça
 FRA: feiz cocô a calça
 PAI: **feiosa**
 FRA: **fiosa é tu**
 (...)
 MIC: tu é feiosa
 FRA: é fiosa
 (...)
 MIC: tu é feiosa
 FRA: é fiosa

MIC: **eu não gostu de ti**
 FRA: **não?**
 MIC: não
 CAR: [= risos]
 MÃE: [= risos]
 PAI: o que qui ela disse?
 FRA: não gósa de ti [= risos]
 CAR: [= risos]
 FRA: [= risos]
 CAR: o Mica não gosta de ti?
 FRA: ah ah XXX **NÃO QUÉO FIOSA**
 CAR: hein Queca, o Mica não gosta de ti?
 FRA: **NÃO**
 CAR: mas qui danadu!
 MIC: **eu não gostu de ti**
 FRA: **não dexu**
 MIC: eu não gostu de ti
 FRA: não gósu de ti [= apontando para MIC]
 MIC: **tu é feia**
 FRA: **é feio**

Percebemos que, no início do diálogo, FRA estava mantendo uma repetição das falas de MIC. No momento em que há apenas o ato da repetição, as formas presentes no discurso, que foram introduzidas no diálogo por intermédio do *tu*, ainda não apresentam sentido definido na apropriação da língua que FRA está operando. Notamos isso especialmente nas falas mais longas de MIC, como em “olha, tu machucô o juelhu tá saindo sangui ó”, quando vemos que FRA, por não atribuir sentido a todas as formas e, conseqüentemente, não lembrar o enunciado completo, repete apenas parte dele, reproduzindo as formas “aindu sangui”. Em outro trecho do diálogo, MIC dirige-se à FRA utilizando a forma *feia*, ao que FRA repete, dizendo “é feia” (o mesmo acontecendo também com a forma *feiosa*). Nota-se que, enquanto o sentido de tais formas não está estabelecido para o locutor-criança no discurso, FRA apenas se utiliza das formas ouvidas e as reproduz em sequência.

Entretanto, a criança ao realizar tais repetições, atualiza as formas do seu discurso, a partir da relação com o outro, atribuindo sentido a elas. No recorte A2 reproduzido acima vemos que, no momento em que MIC provoca FRA e ela responde “fiosa é tu”, direcionando o sentido da forma ao *tu* de seu discurso, percebemos que

não há mais apenas a repetição de formas, e sim o estabelecimento do mecanismo de referência operado pelo *eu* do discurso, o locutor-criança. Isso acontece porque FRA, no momento em que se apropria do sentido negativo da forma *feiosa* e que compreende que MIC está, dentro da brincadeira, xingando-a, depreende os valores culturais impressos no ato enunciativo de MIC, e instantaneamente assume-se como *eu* em tom alto (“NÃO QUÉO FIOSA”) e dirige-se ao *tu*, respondendo à provocação. De modo semelhante acontece no final do recorte, quando vemos FRA, pela primeira vez, durante a situação enunciativa em questão, mudar o gênero da forma *feia*, para que faça referência ao interlocutor, marcando a intersubjetividade não pela forma de pessoa (*tu*), mas pela marca de gênero, atestando a apropriação do sentido dessa forma pelo locutor-criança.

Outro fato interessante trazido por esse recorte é a reação de FRA à fala de MIC, quando este enuncia “eu não gostu de ti”. FRA, que até então vinha repetindo o que o seu alocutário dizia, desta vez mostra-se surpresa, questionando-o sobre o que foi dito. Analisamos neste discurso que a criança já se apropriou dos elementos culturais relacionados a esta situação: ela já compreende o sentido negativo de *não gostar*, e não quer que o interlocutor tenha essa atitude com ela, da mesma maneira como nós, também inseridos na cultura, procuramos aceitação das pessoas de nosso convívio. Com essa questão, FRA mostra que já se instaurou em certos valores culturais que lhe foram transmitidos por intermédio da língua, e que ela já é capaz de imprimir tais valores em seus diálogos.

Nas situações enunciativas A1 e A2 exploradas nesta seção, pudemos observar aspectos semelhantes em se tratando da subjetividade exercida pelo *eu* dos discursos, marcado sempre pelas falas de FRA. Nos dois recortes, quem realiza e opera os mecanismos enunciativos é o locutor-criança, que faz escolhas em seu discurso a partir de movimentos particulares e únicos. O locutor é responsável por atribuir um valor subjetivo na operação de referência tanto entre as pessoas do discurso (*eu-tu*), como é representado no recorte A2, quanto em relação à não-pessoa (*ele*), exemplificado pelo recorte A1. Além disso, os recortes trazidos apresentam situações que mostram como a criança se relaciona com os valores culturais que estão impressos nas situações de discurso e como ela articula, na língua que está adquirindo, o simbolismo cultural a que

se encontra imersa para significar a sua realidade de discurso para o outro e constituir-se nessa intersubjetividade cultural e linguística.

A criança, ao instaurar-se em sua língua materna, constitui-se, simultaneamente, no “mundo dos homens” com quem vive.

3.2 ATUALIZAÇÃO DA MESMA FORMA UTILIZADA PELO LOCUTOR-CRIANÇA EM DISCURSOS DIFERENTES

O recorte enunciativo B1 nos mostra o locutor-criança engendrando formas para referir, essencialmente, à não-pessoa de seu discurso. As situações enunciativas que trazemos a seguir apresentam FRA atualizando o sentido das formas que utiliza em seu discurso a partir da relação estabelecida com o alocutário, além de evidenciar que a criança é capaz de produzir uma mesma forma para estabelecer referência em atos enunciativos distintos. Os traços culturais que a língua carrega estão impressos nos diálogos e serão considerados em nossa análise.

Recorte Enunciativo B

B1

Participantes: CAR (tia, filmando); MÃE; PAI; EDU (irmão de 7 anos); BET (irmão de 15 anos) e AVÓ
Data: 02-11-2002
Idade: 2;00.28
Situação: FRA brinca em sua casa, interagindo com os familiares.

Com: FRA brinca com uma boneca no carrinho.
 FRA: ai @ um quihu nenê tá [= dirigindo-se com a boneca para o banheiro]
 Com: FRA assegura a boneca no vaso.
 FRA: pshi [= imita o barulho de alguém urinando] cocô [= tirando a boneca do vaso]
 CAR: cocô?
 FRA: é
 CAR: [= riso]
 CAR: **ele já fez?**
 FRA: **já fez** [= colocando a boneca de volta no carro]

CAR: ah!
 FRA: **é baba nenê cocô** [= colocando a boneca no carro e empurrando o carro]
 CAR: ah é? Vai passeá com nenê agora?
 FRA: vô
 CAR: ondi tu vai? @@@ hum
 FRA: nenê cocô [= movimentando o carro para a frente e para trás]
 CAR: o nenê fez cocô?
 FRA: feiz
 CAR: mas qui danado!
 FRA: **tem panhá**
 CAR: **tem qui apanhá?**
 FRA: **tem**
 CAR: ah ele fez na calça o cocô
 FRA: fez calça o cocô
 CAR: MAS! Tem qui ensiná então nenê né?
 FRA: é
 CAR: ondi é qui ele tem qui faze então?
 FRA: piicu
 CAR: ah, no pinicu
 FRA: é
 CAR: puxa @ e o nenê não sabi, qui nenê danadu
 FRA: a ipô cocô feiz a calça [= pega a boneca novamente de dentro do carro]

A forma *nenê* utilizada por FRA no recorte B1 é claramente uma marca de referência à não-pessoa (*ele*) que se estabelece em seu discurso (no caso, a boneca com que ela brinca durante a situação enunciativa). Nessa situação enunciativa o locutor-criança não se mostra numa relação de dependência com o alocutário para atribuir sentido às formas utilizadas. FRA introduz a forma *nenê* no diálogo que mantém com CAR e na própria brincadeira, mostrando que tal forma já foi apropriada por ela em seu processo de aquisição. A referência da forma *nenê* já está tão estabelecida que a criança opera, inclusive, com o jogo de inversibilidade que CAR propõe, introduzindo a forma *ele* como referência à mesma boneca, quando pergunta “ele já fez?” e FRA responde que “já fez”.

Ao longo do diálogo e ainda dentro da brincadeira, o locutor-criança *eu* aparenta estar irritado pela ação do nenê (“é baba, nenê cocô”). Quando CAR indaga esta ação, perguntando o que a boneca supostamente havia feito, FRA responde e complementa dizendo “tem apanhá”. Essa forma de punição sugerida pela criança em seu diálogo mostra a apropriação cultural por intermédio da língua na aquisição da linguagem. No

universo da criança, que aqui possui quase 3 anos, é o momento em que é cobrada a se constituir como alguém que se responsabiliza por suas necessidades biológicas, como a de urinar e evacuar. Ora, o recorte enunciativo justamente atualiza o jogo de interdições culturais a que as crianças se encontram imersas. Nesse recorte, o nenê como não-pessoa é a possibilidade do *eu-criança* enunciar para o *tu* a sua condição de criança na cultura e sua posição de interdita pelos adultos de seu convívio, atualizando o jogo assimétrico presente em nossa sociedade sobre as relações adulto-criança e as ações e discursos disciplinadores e educacionais envolvidos nesses discursos. Essa argumentação encontra eco nas palavras de Benveniste (1963/2005, p. 31,32, grifo do autor): “A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em interdições específicas;”. FRA, enquanto locutor, apropria-se da língua para se enunciar carregando esse conjunto de interdições específicas relacionada à situação na qual está envolvida.

Vejamos agora o recorte B2:

B2

Participantes: MÃE (filmando) e PAI
Data: 21-10-2002
Idade: 2;00.28
Situação: FRA brinca de dar banho em uma boneca em sua casa com MÃE e PAI interagindo com ela.

Com: FRA está no seu quarto, enrolando uma boneca em uma toalha.
 FRA: **mãe, ó mãe vô dá banhu nenê** [= mostrando a boneca enrolada em uma toalha]
 Com: FRA desloca-se o PAI observa-a.
 PAI: vai dá banhu no nenê?
 FRA: vai
 PAI: então vai dá banhu no nenê
 FRA: pai XXX pra quê pai pai paie
 Com: silêncio
 MÃE: **ela faz exatamente o que fazem com ela**
 Com: FRA coloca a boneca na banheira e o PAI está próximo a ela.
 MÃE: da banhu no nenê qui ele tá com frio
 FRA: aicença mãe aicença
 MÃE: dá banhu no nenê

- FRA: ãh?
 MÃE: dá banhu no nenê qui o pai te espera aqui
 Com: FRA retira a boneca da banheira
 FRA: [= risos] **nenê nenê tô banhu nenê tô banhu @ nenê tô banhu? Tô**
 Com: FRA coloca a boneca deitada sobre uma toalha, que está em cima da tampa do vaso.
 FRA: **ai, vem aqui tô banhu nenê @ nenê tô banhu pai nenê tô banhu pai @ vem aqui nenê @ vem aqui pai vem aqui**
 Com: FRA dirige-se para o seu quarto com a boneca no colo, enrolada em uma toalha.
 FRA: nenê tá frio paie @ ô PAI
 Com: FRA abre o guarda-roupa para colocar uma roupa dentro e retira uma outra, jogando em cima da cama. Puxa outras roupas, tentando guardar a que estava em sua mão. Tem dificuldades para alcançar a prateleira para guardar a roupa.
 FRA: ô mãe ai @ @ @ ah mãe ô mãe asuda aqui [= tentando colocar a roupa na prateleira do guarda-roupa]
 MÃE: pédi pro papai ajudá tu
 FRA: ô PAI VEM CÁ @ XXX aqui vem cá pai PAIÊ PAIÊ PAIÊ ô pai
 Com: FRA volta a brincar com a boneca na cama.
 FRA: **agóia vô dá banhu no nenê vô dá banhu**
 Com: FRA pega a boneca no colo e se dirige para o banheiro.

Ao contrário dos enunciados transcritos em B1, no recorte acima notamos que há alternância entre os sentidos que a criança atribui à mesma forma do recorte anterior, *nenê*. Antes, a forma *nenê* referia-se única e exclusivamente à boneca com que FRA brincava; no recorte B2, a análise nos mostra que FRA realiza dois movimentos na enunciação:

- 1º) atualização da forma *nenê* para referir-se à boneca como não-pessoa com que brinca e constituindo a mãe como pessoa de seu discurso.

Exemplo: “**mãe, ó mãe vô dá banhu nenê**”

- 2º) atualização da mesma forma *nenê* para constituí-la como pessoa de seu discurso.

Exemplo: “**nenê nenê tô banhu nenê tô banhu @ nenê tô banhu? Tô.**”

Nesse último movimento, depara-se com a possibilidade de criar uma realidade via discurso ao simular a conversa entre a boneca e a criança durante a brincadeira, representando a voz da boneca como próprio locutor do discurso.

Toda a relação de existência da brincadeira de FRA está resumida no comentário feito pela MÃE: “ela faz exatamente o que fazem com ela”. Deslocando esse comentário para nossos estudos, percebemos, a partir dos recortes enunciativos analisados, que os valores culturais impressos na língua são também adquiridos pela criança em sua aquisição da linguagem nas relações intersubjetivas. No recorte B2 vemos a criança brincando com uma boneca e fazendo o papel de mãe, que culturalmente é a responsável por dar banho nos filhos. Quando FRA retira a boneca da banheira, instantaneamente a enrola numa toalha, alegando em seu discurso que a boneca – ser inanimado que naquele momento representava um *nenê* propriamente dito (ser animado) que estaria com frio. Pensando na experiência pessoal do locutor-criança, FRA assumiu pela apropriação da língua-cultura que, logo depois de tomar banho, é natural sentir frio, pois sua mãe provavelmente utilizou essa forma para referir-se ao que FRA estava sentindo. A criança utiliza as formas já apropriadas para conferir sentido às situações de seu universo cultural e seus diálogos anteriores, o que nos faz retomar a reflexão de Benveniste (1958/2005, p. 287) de que não há antinomia *eu* e *outro*; *indivíduo* e *sociedade*, pois é “numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina numa relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da discussão teórica benvenistiana e seu deslocamento ao campo de aquisição de linguagem, depreendemos que uma criança, enquanto está em processo de aquisição da sua língua materna, adquire também o mundo dos homens que carrega seus valores culturais impressos na linguagem. A criança, ao engendrar e articular formas para estabelecer sentido ao seu discurso e fundamentar-se como sujeito na linguagem, também se apropria, com a língua, dos elementos culturais impressos nessa língua. É isso que lhe permite se constituir como indivíduo atuante na sociedade em que está inserida para participar ativamente de sua comunidade. Por ser a instauração da criança na cultura de sua sociedade um processo complexo, que acontece única e exclusivamente via língua convertida nos discursos, consideramos que as marcas enunciativo-culturais emergem desses discursos. É a dimensão enunciativo-cultural que possibilita à criança instaurar-se na linguagem.

Com a análise dos recortes selecionados das situações enunciativas de FRA, realizada no capítulo anterior, constatamos que a subjetividade única e individual imposta no discurso pelo locutor-criança define, numa primeira instância, sua relação com o outro postulado em seu discurso, estabelecendo o diálogo entre as pessoas reversíveis *eu-tu* do discurso; tal subjetividade imposta no discurso permite a realização da operação de referência, que presentifica, no universo da alocação, o lugar de não-pessoa, também denominado *e/e* na teoria benvenistiana. Esse *e/e*, ao ser atualizado no discurso, vem impregnado de valores culturais e, nesse caso, a criança estabelece, como afirma Silva (2009a), duas relações de alteridade: com o outro da alocação (*tu*) e com o outro da cultura (*ELE*).

Esperamos ter alcançado nosso objetivo de unir esses dois campos para responder à questão inicialmente proposta, em que buscamos compreender de que maneira a criança, em aquisição da linguagem, consegue engendrar formas para produzir referências em seu discurso e verificar como os valores culturais se instauram no discurso do locutor-criança, que está inserido no mundo do homem.

Se fatos de aquisição de outra criança fossem analisados e colocados em discussão, perceberíamos que as condições de realização dos mecanismos utilizados mostrariam diferenças em relação aos dados utilizados nessa pesquisa. Isso porque cada indivíduo opera os mecanismos que a língua oferece de maneiras distintas, evidenciando que existem particularidades dentro das operações consideradas regulares no ato de aquisição da linguagem. É nesse fato que se encontra a importância da análise de dados longitudinais de uma mesma criança, pois dessa forma é possível acompanhar grande parte do seu processo singular de aquisição da língua materna e compreender os movimentos por ela operados a fim de aprofundar nossos conhecimentos acerca da singularidade na aquisição da linguagem.

Acreditamos, ainda, que o trabalho apresentado seja responsável por enriquecer o estudo aquisicional a partir da perspectiva enunciativa, inicialmente proposto por Silva (2009). A autora reconhece a influência do elemento *ELE* (cultura) na tríade enunciativa (eu-tu/ele)/*ELE* e, embora não se dedique a estudá-lo, prevê a importância de levá-lo em consideração. Aqui, fizemos um estudo aprofundando sobre o mecanismo de referência atrelado aos rudimentos de cultura impressos na linguagem que está sendo adquirida pelo locutor-criança, provando que os elementos culturais previstos por Silva estão entrelaçados à linguagem no processo de aquisição. Esperamos que nossa pesquisa encoraje novos olhares sobre o assunto, e que novos estudos envolvendo o *ELE* sejam desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. (1970) O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. Cap. 5, p. 81-92.

BENVENISTE, Émile. (1968) Estruturalismo e linguística. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. Cap. 1, p. 11-28.

BENVENISTE, Émile. (1967) A forma e o sentido na linguagem. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. Cap. 15, p. 220-243.

BENVENISTE, Émile. (1956) A natureza dos pronomes. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. Cap. 20, p. 277-283.

BENVENISTE, Émile. (1962) Os níveis da análise linguística. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. Cap. 10, p. 127-140.

BENVENISTE, Émile. (1958) Da subjetividade na linguagem. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. Cap. 21, p. 284-293.

BENVENISTE, Émile. (1963) Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. Cap. 2, p. 19-33.

FLORES, Valdir & TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

JUCHEM, Aline. **Por uma concepção enunciativa da escrita e re-escrita de texto em sala de aula: os horizontes de um hífen**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand. (1916) **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCARPA, Ester M. **Aquisição da Linguagem**. In: MUSSALIN, Fernanda, BENTES, Anna C (orgs). *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*, v. 2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 203-232

SILVA, Carmem Luci da Costa. (2009a) **A criança na linguagem – enunciação e aquisição**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. (2009b) A criança na estrutura enunciativa. **Revista Organon**, Porto Alegre, v. 23, n. 46, p. 27-45. jan-jun 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A criança na língua: a operação de referência**. Porto Alegre, UFRGS, 2012-2013.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A operação de referência: os rudimentos da cultura no discurso da criança**. Porto Alegre, UFRGS, 2013-2014.